

PDS terá acesso ao "pacote" econômico

Um encontro dos deputados com as autoridades econômicas para discutir a situação do país face ao conjunto de medidas que constarão do "pacote" que está sendo preparado pelo governo foi prometido pelo Deputado Nelson Marchezan, ontem, em reunião da bancada do PDS, depois que vários oradores discursaram protestando contra o agravamento da situação social do país.

A maioria dos deputados protestou contra o agravamento das condições econômicas e sociais, o desemprego, e a inflação, clamando por maior participação do partido nas decisões que são tomadas nos círculos mais fechados do governo. Protestou-se, ainda, contra o agravamento da situação do Nordeste e um dos oradores - Armando Pinheiro, de São Paulo - pediu reunião da bancada para examinar o reajuste de prestações do BNH.

A CRISE

Os problemas econômicos e, em particular, o agravamento das condições do Nordeste, atravessando o quinto ano consecutivo de seca, foram objeto de análise por parte dos deputados Paulo Lustosa, Evandro Ayres de Moura e Lúcio Alcântara, este, por sinal, vice-presidente de comissão designada no âmbito do partido para fazer um diagnóstico da problemática regional.

Evandro Ayres de Moura protestou contra o tratamento desigual que o governo está dispensando aos Estados do Nordeste, ao mesmo tempo em que anunciará a disposição de solicitar formalmente, como membro, da dissolução da comissão designada pela direção nacional do PDS para diagnosticar os problemas nordestinos e encaminhar as soluções ao governo, alegando que todas as medidas preconizadas por aquele órgão não são levadas em consideração pelas autoridades governamentais.

O deputado cearense lembrou que, logo após a instalação de seu Governo, o Presidente João Figueiredo prometeu dar prioridade absoluta ao Nordeste e que, decorridos mais de quatro anos, no seu programa de televisão da última segunda-feira, o chefe do Governo prometeu que está organizando as medidas que serão tomadas, quando tem pela frente apenas um ano e onze meses de mandato.

O Deputado Lúcio Alcântara - que, como os outros, congratulou-se com o líder Nelson Marchezan pelo acordo com o PTB - também falou a respeito dos problemas do Nordeste, reclamando maior atenção do governo.

Alcântara referiu-se à grave situação econômico-social do país e reclamou maior participação do PDS na discussão dos problemas e no exame das decisões. Lembrou que a deputada Ivete Vargas deu declarações em São Paulo considerando ameaçado o acordo político-parlamentar entre o PDS e o PTB, uma vez que os postulados do entendimento poderiam ser frustrados pelas medidas constantes do anunciado pacote econômico.

O deputado Humberto Souto (MG)

Pressionado, Marchezan põe PDS a par das decisões

disse que leu, surpreso, que o líder da bancada admitiu a possibilidade de fechamento da questão dentro do partido em torno da aprovação do decreto salarial e pediu que o problema fique em aberto no partido. Marchezan disse que só o Diretório Nacional pode fechar a questão a respeito, lembrando que, contra o PMDB já adotou esse procedimento.

O líder do PDS anunciou que, oportunamente, trará a uma reunião da bancada a deputada Ivete Vargas e seus companheiros do PTB para iniciar um trabalho de integração dos novos coligados ao PDS. E reafirmou que as medidas a serem tomadas pelo Governo não invalidarão os benefícios concedidos aos trabalhadores em razão do acordo celebrado com os trabalhistas, recentemente.

Marchezan lembrou que o novo decreto salarial acolheu não apenas sugestões do PTB, mas também dos seus correligionários do PDS, e que significa que se trata de uma proposta também negociada no âmbito de seu partido. De sua parte, não pediu o fechamento da questão no PDS sobre o decreto dos salários.

O deputado Paulo Lustosa (CE) disse que ainda são discutíveis as medidas constantes do pacote que o Governo está anunciam, do ponto de vista de uma equânime distribuição de sacrifícios sociais. O que considera indiscutível é que o corte de subsídios representará a retirada de dois e meio trilhões de cruzeiros de circulação, num país onde o Estado controla 60 por cento dos investimentos.

— Isso representa - disse - uma redução da atividade econômica e consequentemente menor oferta de empregos. É preciso lembrar que o produto per capita dos brasileiros está caindo sensivelmente em função da recessão econômica.

Como outros de seus colegas que usaram a tribuna, o deputado cearense lembrou que os mutuários da casa própria sofrem um reajuste mensal em sua prestação de 130 por cento, enquanto que o funcionalismo teve um aumento de 82 por cento e as demais categorias de trabalhadores tiveram reajustes salariais abaixo dos índices inflacionários.

Acentuou que a retirada dos subsídios da agricultura, do petróleo, açúcar, trigo e linhas de crédito ocasionará uma explosão de preços

e maior inflação, fomentando-se, mais ainda, a recessão e o desemprego. Disse que, em princípios não é contra essas medidas, mas pedia uma reflexão que resultasse numa mais justa distribuição dos sacrifícios na sociedade.

O deputado Paulo Lustosa pediu uma reunião das autoridades econômicas para a discussão daquele conjunto de medidas constantes do pacote. O líder Nelson Marchezan prometeu levar a proposta ao ministro Leitão de Abreu, admitindo a possibilidade dessa reunião, antes ou depois de adotadas as novas e rigorosas medidas na área econômica.

O presidente do PDS paulista, Deputado Armando Pinheiro, considerou fundamental maior participação da bancada do PDS nas medidas que estão sendo adotadas pelas autoridades econômicas. Disse que, na visita que o Presidente Figueiredo fez a São Paulo, convidou o ex-prefeito Olavo Setúbal para ingressar no PDS.

O ex-prefeito respondeu que não ingressará em nenhum partido porque está seriamente preocupado com o agravamento da situação econômica co-social, para a qual não vê saída. Lembrou que o Brasil está financeiramente insolvente, há descontrole inflacionário e que a retirada dos subsídios vai aumentar as tensões sociais, sem resolver o problema brasileiro.

Pinheiro clamou contra o aumento de 130 por cento no reajuste da casa própria e criticou a insensibilidade dos tecnicocratas para com os problemas sociais. Lembrou pesquisa de um grande jornal de São Paulo, revelando que só 45 por cento dos mutuários ali, conforme pesquisa, se dispunha a manter os contratos. E revelou que apresentará um projeto, para o qual pediu o apoio do PDS, estabelecendo que a correção monetária não poderá ser superior aos índices de aumento salarial.

Marchezan disse que não deseja obstruir a discussão, mas que só convocaria uma reunião para discutir o assunto, na bancada, oportunamente.

Falaram ainda os Deputados Leonor Belém (CE), José Luis Maia (PI) e Eraldo Tinoco (BA) protestando contra a crise econômica e o agravamento das condições sociais do país.

